

MOBILIDADE SOCIAL NO RIO DE JANEIRO

SOCIAL MOBILITY IN RIO DE JANEIRO

Valéria Pero

Doutora em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora adjunta da mesma instituição.

Av. Pasteur, 250, sala 111, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22290-240

E-mail: vpero@terra.com.br

Resumo

O Rio de Janeiro tem a taxa de mobilidade social intergeracional mais alta entre os estados do Brasil, caracterizando uma sociedade mais aberta e dinâmica. No entanto, verificou-se um comportamento temporal atípico com a queda da mobilidade ascendente, que pode ser explicada, pelo menos em parte, pelos reflexos da perda de dinamismo da economia fluminense que vem ocorrendo há algumas décadas sobre a estrutura ocupacional e a migração para outros estados do Brasil.

Palavras-chave: Mobilidade social; Mobilidade intergeracional; Desigualdade de oportunidade.

Abstract

Rio de Janeiro has the highest intergenerational social mobility in Brazil but it is the only one that shows a decreasing trend in the improvement of the social status. This can be explained, partially, by the impacts of the decreasing dynamics of the economy in the State during the last decades on the employment sectoral composition and on the increasing migration of qualified workers to other States of Brazil.

Keywords: Social mobility; Intergenerational mobility; Inequality of opportunity.

1

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira apresenta o aparente paradoxo de conviver com uma elevada desigualdade socioeconômica e muita mobilidade social intergeracional. Isso ocorre porque as mudanças na inserção ocupacional entre gerações seguem um padrão de movimentação de curta distância, reproduzindo em grande medida as desigualdades socioeconômicas. Apesar da elevada mobilidade, a origem social exerce um papel importante na determinação do campo de possibilidades de conquista de posições na estrutura socioeconômica.

A mobilidade social intergeracional reflete a distribuição de oportunidades na sociedade, ou seja, as chances relativas de as pessoas ocuparem uma posição social conforme a origem socioeconômica da família. Ela depende tanto do comportamento da economia e de seus impactos sobre a estrutura ocupacional quanto da consolidação dos canais de mobilidade na sociedade (como a escola, as associações de classe etc.), também depende de características individuais relativas ao investimento em qualificação e formação profissional.

E como anda a mobilidade social no Rio? Se, por um lado, os indicadores sociais referentes à escolaridade, mortalidade infantil, esperança de vida apresentam uma melhora nesse período; por outro, a perda de dinamismo da economia fluminense – combinada com a estabilidade da desigualdade de renda – levanta questões sobre a melhoria das condições socioeconômicas entre gerações.

Este trabalho apresenta, então, como objetivo principal analisar a evolução temporal da mobilidade social intergeracional no estado do Rio de Janeiro. Com isso, buscam-se evidências empíricas para avaliar se houve uma melhora ou piora nas possibilidades de inserção na estrutura social entre gerações de acordo com a origem socioeconômica ao longo das duas últimas décadas.

2

METODOLOGIA BÁSICA PARA O ESTUDO DA MOBILIDADE SOCIAL

2.1 A classificação dos estratos ocupacionais

A construção dos estratos ocupacionais é um ponto extremamente delicado nos estudos sobre mobilidade social, pois representa fazer escolhas con-

ceituais e teóricas sobre posição social e, portanto, determina as possibilidades de análise sobre o tema. Essas escolhas podem ser sumariadas em dois caminhos na literatura empírica:

- a) a corrente que considera a hierarquia social das ocupações ordenadas segundo um indicador de *status* socioeconômico;
- b) a corrente em que as diferenças entre os grupos ocupacionais são determinadas a partir da relação com os meios de produção ou de acordo com a posição de mercado e de trabalho, sem necessariamente expressar uma hierarquia social¹.

O caminho adotado para este trabalho foi um tanto eclético, pois se combinou uma hierarquia das ocupações segundo o *status* socioeconômico – medido pela renda esperada dadas a escolaridade e a idade² – com alguns recortes fundamentais para diferenciar os grupos. Foram estes os recortes:

- a) Separou-se o grupo de trabalhadores rurais dos urbanos.
- b) Considerou-se a divisão entre empregadores, trabalhadores por conta própria e empregados.
- c) Utilizou-se o recorte manual e não-manual.
- d) Separou-se a categoria de profissionais liberais dos não-manuais de rotina.

Os recortes considerados para a classificação ocupacional ficaram restritos ao controle dos valores mínimos e máximos do *status* socioeconômico das ocupações em 20% do valor médio, gerando um *overlapping* de *status* entre as categorias ocupacionais³. A Tabela 1 apresenta, então, os estratos sociais utilizados neste trabalho com algumas ocupações representativas e o *status* médio por estrato ocupacional.

1 Sobre a primeira corrente, ver o trabalho pioneiro de Blau e Duncan (1967) e de Hauser et al. (2000). Os trabalhos empíricos mais expressivos na literatura internacional sobre a segunda corrente de análise de classes e estratificação social são de Goldthorpe et al. (1987) e Wright (2000).

2 O cálculo do *status* socioeconômico foi originalmente realizado por Valle Silva (1973, 1992) e também aplicado em Pero (2001, 2002).

3 Em Pero (2002), encontram-se os valores mínimos e máximos do *status* das ocupações por categoria ocupacional. Além disso, pode-se analisar também outras características dos estratos ocupacionais, como renda e nível de escolaridade.

Tabela 1

Composição e *status* socioeconômico médio dos nove estratos ocupacionais

Categorias ocupacionais	Principais ocupações	Status médio
I. Trabalhadores rurais	Trabalhador de cultura, trabalhador rural autônomo, pescador, seringueiro	11,94
II. Trabalhadores de serviços domésticos	Empregado doméstico, porteiro, vigia, lavadeira, lixeiro	13,88
III. Trabalhadores do setor tradicional	Pedreiro, pintor, costureiro, alfaiate, sapateiro, marceneiro	15,98
IV. Trabalhadores da indústria moderna e dos serviços gerais	Vendedor, cozinheiro, garçom, mecânico, ferramenteiro e ajustador mecânico	18,31
V. Proprietários por conta própria	Comerciante por conta própria, dono de hotel e pensão por conta própria, outros proprietários por conta própria	21,33
VI. Técnicos e trabalhadores de escritório	Professor de 1 ^o grau, secretária, auxiliar administrativo, praça militar, eletricista	27,73
VII. Empregadores urbanos	Industrial, comerciante, dono de hotel e pensão, outros proprietários empregadores	35,31
VIII. Administradores, gerentes e supervisores	Administrador e dirigente do comércio, do serviço público, da indústria	45,42
IX. Profissionais liberais	Engenheiro, médico, professor do ensino superior, magistrado	76,76

Fonte: Censo 1991, Brasil.

A vantagem é que esse tipo de classificação permite avaliar se houve melhora ou piora entre gerações em termos de inserção socioeconômica medida pela posição do estrato ocupacional, bem como analisar as barreiras entre estratos que têm afinidades quanto à posição no mundo do trabalho. A desvantagem é que ela é imperfeita tanto no que se refere à ordenação das ocupações nos estratos (visto que existe um *overlapping* de *status*) quanto a uma definição pura de características afins do conteúdo e do tipo de trabalho.

2.2 Fonte de informações e universo de análise

A fonte de informações utilizada para estudar mobilidade social foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE. Foram selecio-

nados os anos que continham o suplemento sobre mobilidade social, quais sejam, 1976, 1988 e 1996.

O universo de análise foi restrito aos chefes e cônjuges com idade entre 30 a 55 anos que souberam responder às questões retrospectivas sobre ocupação e escolaridade do pai. Isso porque a pergunta no questionário da PNAD é “qual era a função, cargo ou ocupação do seu pai quando o Sr(a) ... teve a primeira ocupação”, no caso das PNADs 1976 e 1988, e “[...] quando tinha 15 anos”, na PNAD 1996. Para garantir um certo grau de comparabilidade entre as fases da carreira profissional do pai e do(a) filho(a), considerou-se apropriado fazer um recorte analítico na faixa etária condizente.

Com a restrição do universo à faixa etária de 30 e 55 anos, o total de observações da amostra no estado do Rio de Janeiro variou entre 7.738 em 1976 e 6.418 em 1996, sendo que entre 60% e 70% responderam ao questionário sobre mobilidade social. Esse total representava em torno de 35% do total de ocupados neste último ano.

■ 2.3 Definição de mobilidade social intergeracional

A mobilidade social analisada nesta tese é a intergeracional e pode ser definida como a mudança de estrato ocupacional atual do(a) filho(a) na faixa etária de 30 a 55 anos comparado com o do pai. Quando se cruza o estrato ocupacional atual do(a) filho(a) com o do pai, tenta-se captar a mobilidade em fases mais maduras da carreira tanto do pai quanto do(a) filho(a). Além disso, ela reflete não só os movimentos entre gerações mas também ao longo da carreira do indivíduo (a mobilidade intrageracional, ou seja, entre a primeira ocupação e a ocupação atual do indivíduo).

Isso porque ela percorre tanto a mobilidade intergeracional, entre ocupação do pai e primeira ocupação do filho(a), quanto à mobilidade intrageracional. Esquemáticamente, pode-se visualizar da seguinte forma:

Ocupação do pai	Primeira ocupação do filho	Ocupação atual do filho
Mobilidade intergeracional (1ª ocupação)		Mobilidade intrageracional
Mobilidade intergeracional (total)		

A metodologia utilizada para analisar a mobilidade social intergeracional foi a construção de matrizes de transição de *status* socioeconômico ou das

tabelas de mobilidade social – que é uma classificação cruzada dos indivíduos de acordo com sua ocupação em dois momentos do tempo, definindo as situações de origem e de destino. Neste estudo, a origem é a categoria ocupacional do pai e o destino é a categoria ocupacional atual do(a) filho(a).

A partir dos nove estratos ocupacionais criados para representar a posição socioeconômica dos pais e dos(as) filhos(as), foi possível calcular as taxas de mobilidade com as frequências na matriz de mobilidade social. Os movimentos entre origem – estrato do pai – e destino – estrato atual do(a) filho(a) com 30 a 55 anos – caracterizam a mobilidade social intergeracional. Como os estratos foram ordenados de forma crescente, quando o estrato atual dos(as) filhos(as) era maior que o do pai, definiu-se a mobilidade ascendente e, quando era menor, a descendente. Aos filhos (as) que permaneceram no mesmo estrato do pai, caracterizou-se a situação de imobilidade.

Assim sendo, na seção seguinte analisar-se-á a evolução das taxas absolutas de mobilidade social no estado do Rio, comparativamente à média brasileira, levando-se em consideração os movimentos verticais na estrutura social (mobilidade ascendente ou descendente), com intuito de avaliar as possibilidades de movimentação dos indivíduos no sistema de estratificação social entre gerações ao longo do tempo.

3

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE MOBILIDADE SOCIAL INTERGERACIONAL

A mobilidade social no Brasil é alta, quando comparada com outros países⁴, e cresceu entre 1976 e 1996, como pode ser visto na Tabela 2. No Rio, a mobilidade foi ainda maior e permaneceu praticamente no mesmo patamar, revelando que o peso da origem familiar na determinação da posição dos indivíduos no sistema de estratificação social era, a princípio, muito pequeno. Com uma taxa de imobilidade praticamente constante ao nível de 20%, isso quer dizer que no Rio a grande maioria (80%) dos indivíduos conseguia seguir um caminho diferente do pai no mercado de trabalho, para melhor ou pior.

4 Ver Pastore e Valle Silva (2000) e Erikson e Goldthorpe (1993). Só para dar uma idéia, já que as diferenças no número de estratos e na forma de classificação afetam essas taxas, no início dos anos 1970 a taxa de mobilidade da França era de 43%, da Itália 37%, dos EUA 48%, do Canadá 50% e do Brasil 58%.

Tabela 2

Mobilidade social intergeracional no Rio de Janeiro e no Brasil

	1976	1988	1996	Var. (96-76)	Var. (96-88)
Rio de Janeiro					
Imobilidade	20,2	20,4	20,6	2,1%	1,0%
Descendente	18,1	20,5	25,3	39,9%	23,4%
Ascendente	61,7	59,0	54,0	-12,4%	-8,5%
Brasil					
Imobilidade	41,7	30,8	29,7	-28,7%	-3,4%
Descendente	11,5	11,8	14,7	27,9%	24,2%
Ascendente	46,9	57,4	55,6	18,7%	-3,1%
<i>Total</i>	100	100	100		

Fonte: PNADs 1976, 1988 e 1996.

No início do período, tanto a mobilidade ascendente quanto a descendente eram maiores no Rio; ou seja, as possibilidades de mudanças de categoria ocupacional entre as gerações de pai e filho(a) – e, portanto de condição socioeconômica – tanto para cima quanto para baixo, eram relativamente maiores no Rio. No final do período, no entanto, somente a mobilidade descendente era maior.

Em outras palavras, o Rio registrou um comportamento temporal diferente com a queda da taxa de mobilidade ascendente quando comparado com a média brasileira⁵. Mas será que este é um comportamento realmente específico do Rio de Janeiro?

Os dados da Tabela 3 sobre a mobilidade social por estado mostram que sim⁶. Somente o Rio de Janeiro teve uma queda da mobilidade ascendente e manteve a taxa de imobilidade praticamente constante. Esse poderia ser um

5 Esse resultado também foi encontrado para outras formas de estratificação social, baseada numa classificação em quatro estratos (rurais, manuais, não-manuais e profissionais liberais) e também de outra forma de classificação em nove estratos. Para este último caso, ver, por exemplo, Pero (2001). Além disso, quando se analisam essas taxas de mobilidade por sexo e cor, verifica-se que o comportamento temporal diferente do Rio não muda por sexo nem por cor. Esses resultados são bastante fortes, já que não decorrem da forma de classificação nem do comportamento de um grupo específico.

6 As regiões Norte e Centro-Oeste não foram consideradas por problemas de cobertura da amostra da PNAD, principalmente em relação a 1976.

fenômeno de ponto de partida, isto é, como o Rio tinha alta taxa de mobilidade ascendente já em 1976 as chances de cair seriam maiores. No entanto, verificou-se que São Paulo registrou a maior taxa de mobilidade ascendente entre os estados brasileiros em 1976 e continuou crescendo em 1996.

Tabela 3

Evolução da mobilidade social por Unidade da Federação

	1976			1996			Var. (96-76)		
	Imob.	Desc.	Asc.	Imob.	Desc.	Asc.	Imob.	Desc.	Asc.
Rio de Janeiro	20,2	18,1	61,7	20,6	25,3	54,0	0,4	7,2	-7,6
Espírito Santo	39,3	7,9	52,8	35,0	11,8	53,2	-4,3	3,9	0,4
São Paulo	24,6	12,1	63,3	19,8	15,5	64,8	-4,9	3,4	1,5
Rio Grande do Norte	39,9	10,8	49,3	30,2	12,7	57,1	-9,7	1,9	7,8
Santa Catarina	45,2	7,8	47,1	33,7	11,2	55,0	-11,4	3,5	7,9
Bahia	55,2	10,3	34,5	44,4	12,2	43,4	-10,8	1,9	8,9
Rio Grande do Sul	45,6	13,5	40,9	29,7	18,0	52,4	-15,9	4,4	11,5
Minas Gerais	49,3	8,9	41,8	31,9	13,9	54,2	-17,4	5,0	12,4
Pernambuco	55,6	12,0	32,5	36,9	15,2	47,9	-18,7	3,2	15,5
Paraná	50,1	8,5	41,4	31,1	11,7	57,2	-19,0	3,3	15,7
Ceará	59,4	10,7	29,9	41,1	11,3	47,6	-18,3	0,6	17,7
Piauí	70,3	3,0	26,7	45,7	9,3	44,9	-24,5	6,3	18,2
Paraíba	64,6	5,7	29,8	38,1	9,2	52,7	-26,5	3,5	23,0
Sergipe	59,8	9,7	30,5	33,2	12,1	54,6	-26,6	2,5	24,1
Alagoas	64,4	14,7	20,9	40,6	11,9	47,5	-23,8	-2,8	26,6
Maranhão	75,9	7,0	17,1	49,5	6,4	44,0	-26,4	-0,6	27,0

Fonte: PNADs 1976 e 1996.

Uma observação interessante que pode ser feita a partir da Tabela 3 é a relação entre taxa de mobilidade e grau de desenvolvimento regional. Se os estados fossem ordenados de forma crescente de acordo com a taxa de imobilidade, se perceberia que os da região Sudeste e Sul tinham índices menores do que os da região Nordeste. Com intuito de ilustrar esse fato, vale ressaltar que os dois estados com as menores taxas de imobilidade em ambos os

anos considerados eram Rio de Janeiro e São Paulo e aqueles com as maiores eram Maranhão e Piauí.

A análise das taxas de mobilidade absolutas dos estados do Brasil revelou, então, uma correlação positiva entre grau de desenvolvimento e taxa de mobilidade. Esse é um ponto forte a favor da teoria que sustenta que a transmissão intergeracional de posição social diminui com o desenvolvimento econômico, que pode ser tanto decorrente de mudanças estruturais quanto do aumento da importância de outros canais de mobilidade (como a escola), para a determinação da posição social do indivíduo.

Além disso, a mobilidade na região Nordeste, mais atrasada no contexto considerado, cresceu relativamente mais, assim como a mobilidade ascendente. Essa constatação, combinada com a anterior, sugeriu que as mudanças de estágio de desenvolvimento produzem movimentos mais fortes na estrutura ocupacional, gerando maiores taxas de crescimento da mobilidade total, especialmente da ascendente. Em outras palavras, a evolução das taxas de mobilidade estaria refletindo muito mais as mudanças na estrutura econômica e ocupacional do que uma melhora nos mecanismos de circulação dos indivíduos entre os estratos ou da fluidez da estrutura social, que seria um indicador mais apropriado de desigualdade de oportunidades.

Vale destacar ainda que o Rio – que já apresentava a maior taxa de mobilidade descendente em 1976 – registrou a maior taxa de crescimento se distanciando ainda mais dos outros estados. Só para dar uma idéia da distância, em 1996 a taxa de mobilidade descendente no Rio era de 25% enquanto o segundo lugar era representado pelo Rio Grande do Sul com 18%.

A questão que se coloca agora é sobre as possíveis explicações para o Rio apresentar um comportamento temporal específico da taxa de mobilidade com a queda da mobilidade ascendente, ou da mesma forma, com a maior taxa de crescimento da mobilidade descendente.

A Tabela 4 mostra a evolução das taxas de mobilidade entre 1976 e 1996 por categorias ocupacionais, com intuito de verificar as categorias que puxaram esse movimento específico do Rio de Janeiro. A queda da taxa de mobilidade ascendente no Rio foi generalizada, exceto o estrato VII, e foi puxada principalmente pelas categorias ocupacionais de baixo *status* socioeconômico ou pelos estratos do setor manual (II a IV) e pelo estrato V (Proprietários por conta própria). A maior queda da mobilidade ascendente se refere à categoria II (trabalhadores de serviços domésticos) e quer dizer que, enquanto em 1976 a maioria das pessoas naquele estrato no Rio experimentava uma mobilidade ascendente (pais no setor rural), em 1996 a maior parte tinha origem em estratos superiores da estrutura social.

No Brasil, a taxa de mobilidade ascendente também registrou uma queda nos estratos do setor manual, mas com uma intensidade bem menor que no Rio, e ainda com taxas de mobilidade ascendentes bastante superiores que as descendentes em 1996.

Tabela 4

Evolução da mobilidade social por estrato ocupacional

	1976			1996			Dif. (96-76)		
	Imob.	Desc.	Asc.	Imob.	Desc.	Asc.	Imob.	Desc.	Asc.
Rio de Janeiro									
I. Trabalhadores rurais	83,8	16,2		67,0	33,0		-16,9	16,9	0,0
II. Trabalhadores de serviços domésticos	6,6	31,5	61,8	8,5	50,5	41,0	1,9	19,0	-20,9
III. Trabalhadores do setor tradicional	16,9	27,3	55,7	21,8	37,0	41,1	4,9	9,7	-14,6
IV. Trabalhadores da indústria moderna e dos serviços gerais	18,8	19,1	62,1	26,1	27,8	46,1	7,3	8,6	-15,9
V. Proprietários por conta própria	9,1	15,2	75,6	12,2	28,9	58,9	3,1	13,6	-16,7
VI. Não-manuais de rotina	22,7	12,7	64,6	23,3	14,0	62,7	0,6	1,3	-1,9
VII. Empregadores urbanos	20,0	4,9	75,2	10,8	12,4	76,8	-9,1	7,5	1,6
VIII. Administradores, gerentes e supervisores	9,6	5,8	84,6	12,0	6,7	81,3	2,4	0,9	-3,3
IX. Profissionais liberais	13,4		86,6	19,0		81,0	5,6	0,0	-5,6
Brasil									
I. Trabalhadores rurais	92,4	7,6		89,9	10,1		-2,5	2,5	0,0
II. Trabalhadores de serviços domésticos	3,2	21,7	75,1	4,8	29,6	65,6	1,6	7,9	-9,5
III. Trabalhadores do setor tradicional	16,2	18,0	65,9	16,0	21,9	62,2	-0,2	3,9	-3,7
IV. Trabalhadores da indústria moderna e dos serviços gerais	14,0	16,5	69,4	17,9	17,9	64,2	3,9	1,3	-5,2
V. Proprietários por conta própria	14,6	12,8	72,6	10,7	16,5	72,7	-3,9	3,8	0,1
VI. Não-manuais de rotina	20,4	8,3	71,3	16,6	10,1	73,3	-3,8	1,8	2,0
VII. Empregadores urbanos	14,7	5,4	79,9	9,6	8,5	81,9	-5,0	3,0	2,0
VIII. Administradores, gerentes e supervisores	8,7	7,1	84,3	8,3	3,7	88,0	-0,4	-3,4	3,7
IX. Profissionais liberais	16,2		83,8	14,5		85,5	-1,7	0,0	1,7

Fonte: PNADs 1976 e 1996.

Vale destacar ainda que no Rio, diferentemente da média brasileira, os estratos sociais mais privilegiados (administradores, gerentes e supervisores, e profissionais liberais) tiveram um aumento das taxas de imobilidade – o que significa que essas categorias estariam se tornando mais fechadas para pessoas com origem de outras categorias socioeconômicas.

4

EXPLORANDO POSSÍVEIS EXPLICAÇÕES SOBRE COMPORTAMENTO ATÍPICO DO RIO

Para explorar essa questão relativa ao comportamento temporal específico do Rio, o primeiro caminho é analisar se o fato de o Rio ter saído na frente no processo de transição demográfica brasileira pode ser uma explicação para a queda da mobilidade ascendente. Verifica-se que a diminuição da taxa de fecundidade no Rio de Janeiro iniciou-se mais cedo e foi mais além que no resto do Brasil. Além disso, as características históricas – como a elevada taxa de urbanização e de escolaridade da população, e também a diminuição da migração – têm contribuído para o Rio ser o estado com a menor taxa de crescimento populacional.

O Rio, então, está na frente de um processo demográfico que caracteriza as sociedades mais desenvolvidas, qual seja, a de apresentar uma estrutura etária mais velha da população. O impacto sobre a mobilidade social é o de que, por uma característica demográfica, as pessoas na faixa etária considerada (30 a 55 anos) são relativamente mais numerosas e, por conseguinte, deparam-se com uma competição mais pesada para manter a posição social de seus pais.

A partir de uma simulação contrafactual, é possível avaliar se a participação mais alta da população mais velha no Rio em relação a São Paulo seria um fator explicativo para as diferenças nas taxas de mobilidade e no comportamento temporal. O exercício é aplicar às taxas da matriz de mobilidade social do Rio a ponderação pela distribuição etária de São Paulo. Assim, poder-se-ia responder à seguinte questão: Qual seria a taxa de mobilidade social intergeracional no Rio, caso sua estrutura etária fosse idêntica a de São Paulo? Os resultados da simulação contrafactual apresentados na Tabela 5 mostram que as taxas não mudam muito e o comportamento temporal continua o mesmo, sugerindo que as diferenças entre as estruturas etárias não explicam o comportamento específico do Rio.

Tabela 5

Taxas de mobilidade social do Rio de Janeiro: observadas e simuladas com a estrutura etária de São Paulo (pessoas com 15 ou mais anos de idade)

	1976	1996
Taxas observadas		
Imobilidade	24,0	21,6
Descendente	22,4	25,5
Ascendente	53,7	52,3
Taxas simuladas		
Imobilidade	24,6	22,5
Descendente	22,5	26,5
Ascendente	52,9	51,4
<i>Total</i>	100	100

Fonte: PNADs 1976 e 1996.

O outro caminho é explorar o resultado como um reflexo da perda de dinamismo da economia fluminense. Essa perda foi sentida com mais intensidade com a transferência da capital para Brasília em 1960 e, principalmente, a partir da fusão do Estado da Guanabara com o do Rio em 1975, quando não só perdeu definitivamente o bonde da história de um processo de diversificação industrial para São Paulo, mas também todo o circuito de geração de trabalho e renda com a centralidade política de capital do país. Nesse caso, as mudanças na estrutura econômica e ocupacional não teriam sido capazes de manter ou melhorar as oportunidades de trabalho para as gerações mais novas e, por isso, o Rio teria um comportamento pior que os outros estados em termos de mobilidade social.

Uma hipótese geral é que as mudanças na estrutura econômica decorrentes da diminuição da participação da economia fluminense no cenário nacional e dos processos de desindustrialização e da diminuição do peso do setor público na economia geraram, junto com um elevado grau de desigualdade, uma estrutura de consumo que alimenta um setor de serviços de baixa qualidade inchado e crescente. Isso levaria a uma subutilização do elevado capital humano (escolaridade) – ou até mesmo um saldo migratório negativo de pessoas com alta qualificação –, bem como a uma diminuição das chances de melhorar de posição na estrutura social ao longo do tempo.

Nesse aspecto, vale mencionar alguns resultados empíricos que contribuíram para testar a hipótese colocada. O primeiro se refere ao peso bem menor da passagem rural-urbana na mobilidade ascendente no Rio do que na média brasileira. Como pode ser visto na Tabela 6: em 1996, enquanto na média brasileira a taxa de mobilidade ascendente de filhos com pais no estrato rural representava 65%, no Rio era de 41%. Além disso, a queda dessa contribuição entre 1976 e 1996 foi consideravelmente maior no Rio.

Tabela 6

Contribuição da mobilidade rural-urbana para mobilidade ascendente

	Rio	Brasil
1976	61,4%	71,5%
1988	49,8%	68,4%
1996	40,9%	65,1%
Var. (96-76)	-33,5%	-9,0%

Fonte: PNADs 1976, 1988 e 1996.

O outro resultado se refere ao comportamento da contribuição de um setor muito importante na geração de trabalho e renda na história do Rio, qual seja, a administração pública. Foi o setor que registrou a maior queda da participação na ocupação, contrariamente ao crescimento ocorrido na média brasileira. Isso explica, pelo menos em parte, a queda do estrato VI (técnicos e trabalhadores de escritório), que, tendo um peso importante na estrutura ocupacional e dependendo do regime de mobilidade, pode representar um degrau importante na trajetória de ascensão social.

Tabela 7

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica

	Rio de Janeiro			São Paulo			Brasil		
	1976	1996	Var.	1976	1996	Var.	1976	1996	Var.
Agricultura	5,1	3,6	-29,7%	14,6	6,9	-52,7%	33,1	20,4	-38,2%
Indústria de transformação	18,1	12,5	-31,2%	24,8	21,0	-15,4%	14,5	12,5	-14,2%
Construção civil	9,3	8,0	-13,9%	7,9	7,2	-8,1%	7,3	7,0	-5,0%

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica

	Rio de Janeiro			São Paulo			Brasil		
	1976	1996	Var.	1976	1996	Var.	1976	1996	Var.
Outras atividades industriais	2,1	1,8	-12,4%	2,1	1,1	-48,0%	2,1	1,5	-25,9%
Comércio	10,1	13,3	31,4%	9,0	13,3	47,9%	8,8	12,6	42,4%
Serviços	19,1	27,0	41,5%	15,0	22,3	49,0%	12,5	19,0	52,4%
Serv. auxiliares	3,5	4,9	39,6%	3,1	4,3	39,0%	2,0	3,3	63,2%
Transp./Comunic.	8,9	7,2	-19,2%	7,1	5,6	-21,6%	5,5	4,8	-13,2%
Atividades sociais	10,0	12,6	26,5%	8,2	10,5	27,3%	6,9	11,0	59,2%
Adm. pública	10,1	6,4	-37,2%	4,8	4,9	2,2%	5,1	5,8	14,1%
Outras	3,7	2,8	-25,1%	3,5	3,0	-14,9%	2,1	2,1	-3,2%
Total	100	100		100	100		100	100	

Fonte: PNADs 1976 e 1996.

Esses resultados tomados em conjunto revelaram que as explicações para a queda da taxa de mobilidade ascendente têm raízes na história do Rio como capital do país. Com a perda de dinamismo econômico quando da transferência da capital para Brasília, verificou-se uma queda mais acentuada do setor de administração pública, ocasionando reflexos sobre a diminuição da participação do estrato VI (técnicos e trabalhadores de escritório) na ocupação total do Rio.

Tabela 8

Número médio de anos de estudo e de pessoas por condição de migração

	Rio de Janeiro				São Paulo			
	1976		1996		1976		1996	
	Estudo	Pessoas	Estudo	Pessoas	Estudo	Pessoas	Estudo	Pessoas
Maiores de 10 anos								
Emigrantes	5,9	332.915	8,2	695.230	3,8	1.052.900	6,1	1.791.694
Imigrantes	4,5	2.392.195	6,0	2.551.421	3,5	4.741.908	5,1	7.957.012
Naturais	4,4	5.505.745	7,0	8.447.258	4,2	11.927.264	6,9	19.666.765

Número médio de anos de estudo e de pessoas por condição de migração

	Rio de Janeiro				São Paulo			
	1976		1996		1976		1996	
	Estudo	Pessoas	Estudo	Pessoas	Estudo	Pessoas	Estudo	Pessoas
30 a 55 anos								
Emigrantes	6,6	132.065	9,6	303.018	3,8	477.426	6,6	797.287
Imigrantes	4,7	1.168.862	6,5	1.293.621	3,5	2.058.741	5,3	4.191.214
Naturais	5,0	1.759.812	7,8	3.415.717	4,6	4.038.158	7,6	7.470.820

Fonte: PNADs 1976 e 1996.

Além disso, o descompasso relativo entre a qualificação da força de trabalho e a estrutura ocupacional provocaram mudanças mais fortes do saldo migratório no Rio. Entre 1980 e 1991, o saldo migratório foi negativo, quer dizer, saíram mais pessoas do que entraram no Rio. A Tabela 8 revela que o perfil dos emigrantes do Rio era de escolaridade mais elevada que os imigrantes. E como o estoque de capital humano desses emigrantes cresceu entre 1976 e 1996 mais rapidamente que o de São Paulo, há evidências de que ocorreu um aumento da intensidade de transferência de capital humano do Rio para outros lugares do Brasil, sobretudo para a região Sudeste, especialmente São Paulo, e para o Distrito Federal.

5 CONCLUSÕES

O Rio tem a taxa de mobilidade social mais alta do Brasil, indicando uma sociedade bastante dinâmica, no sentido em que a posição social dos indivíduos não tem uma associação muito forte com a origem social. Os dados revelam que 80% das pessoas ocupadas em 1996 no Rio encontravam-se em estratos diferentes de seus pais.

No entanto, o Rio é o único estado do Brasil que registra uma diminuição da taxa de mobilidade ascendente, ou seja, uma diminuição das possibilidades de os(as) filhos(as) estarem num estrato superior ao de seus pais. Esse comportamento se manteve mesmo depois de calculadas as taxas para outras

formas de estratificação social. Além disso, quando se dividiu a população por sexo e cor, verificou-se o mesmo comportamento tanto para homens e para mulheres quanto para brancos e não-brancos.

Esse é um resultado forte que caracteriza uma especificidade da sociedade fluminense. Ao diminuir as possibilidades de as pessoas atingirem uma inserção socioeconômica melhor que a de seus pais, isso pode mexer na autoestima das pessoas, com reflexos sobre comportamentos políticos e eleitorais, movimentos sociais e religiosos, violência, entre outros.

É importante destacar que a mobilidade ascendente diminuiu principalmente para as categorias ocupacionais com nível socioeconômico mais baixo (serviços domésticos e gerais) – o que pode ser explicado, pelo menos em parte, pela perda de dinamismo da economia fluminense que vem ocorrendo há algumas décadas. Além disso, no outro pólo do sistema social, o peso da origem social aumentou nos estratos sociais mais privilegiados, apontando para um fechamento desse estrato para pessoas de outras origens socioeconômicas. Esse comportamento, diferente da média brasileira, pode estar indicando que, quando se atinge determinado grau de desenvolvimento associado a um nível relativamente alto de escolaridade da população como um todo, a forte competição no mercado de trabalho acaba recolocando um papel importante da origem social das pessoas para determinação da posição social.

Por fim, o comportamento temporal atípico da mobilidade social intergeracional no Rio está associado, em alguma medida, ao componente estrutural da perda de dinamismo da economia fluminense. Isso pode ser visto tanto pelo lado da queda do setor de administração pública quanto pela incapacidade relativa de gerar postos de trabalho de qualidade compatível com a qualificação da força de trabalho, criando um movimento de expulsão de trabalhadores mais qualificados para outros estados do Brasil, principalmente São Paulo e Distrito Federal.

Esses resultados apontam dois caminhos que devem orientar o debate sobre políticas públicas para o estado do Rio de Janeiro:

- a) melhorar a qualidade dos postos de trabalho, quer dizer, a renda por ocupação;
- b) explorar as vantagens comparativas em termos de escolaridade, ou seja, aproveitar esse capital humano para diminuir as desigualdades socioeconômicas, melhorando a situação dos mais pobres.

Uma linha seria promover o desenvolvimento local por meio de um amplo leque de parcerias entre diferentes esferas do setor público, a iniciativa

privada e a sociedade civil organizada para criar um ambiente mais propício ao micro e pequenos negócios (dada a relevância do trabalho autônomo e da micro e pequena empresa no Rio). Outra linha seria explorar, de forma mais efetiva, as vantagens comparativas do estado do Rio em termos de escolaridade de sua força de trabalho e de salários para a atração de investimentos que fossem capazes de gerar mais e melhores postos de trabalho.

Referências

- BLAU, P.; DUNCAN O. D. *The American occupational structure*. New York: Wiley, 1967.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H. *The constant flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- GOLDTHORPE, J. H.; LEWELLYN, C.; PAYNE. *Social mobility and class structure in modern Britain*. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- HAUSER, R. M. et al. Occupational status, education, and social mobility in the meritocracy. In: ARROW; BOWELS; DURLAUF (Ed.). *Meritocracy and economic inequality*. Princeton University Press, 2000.
- PASTORE, J.; VALLE SILVA, N. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- PERO, V. Et, *à Rio, plus ça reste le même*. Tendências da mobilidade social intergeracional no Rio de Janeiro. *Anais da ANPEC*, Salvador, 2001.
- _____. *Tendências da mobilidade social no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- SCALON, M. C. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Ed. Revan, 1999.
- VALLE SILVA, N. *Posição social das ocupações*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.
- _____. *Atualização da escala socioeconômica de ocupações para 1980*. Rio de Janeiro: LNCC, 1985. Relatório de pesquisa e desenvolvimento.
- _____. Cor e realização socioeconômica no Rio de Janeiro. *Rio 97. O mercado de trabalho no Rio de Janeiro*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal do Trabalho, 1997.
- _____. *Uma classificação ocupacional para o estudo da mobilidade e da situação do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: LNCC, 1992. Mimeografado.
- WRIGHT, E. O. *Class counts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.